



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

www.ciari.org

Identidade Europeia: Unidade e Diversidade na Memória Colectiva

Felipe M. Pathé Duarte

Mestrando em Ciências Políticas e Relações Internacionais - IEP-UCP

Licenciado em Filosofia - Universidade de Coimbra

ÍNDICE

<u>INTRODUÇÃO</u>	3
<u>CALDO CULTURAL</u>	
EMERGENCIA DE IDEIA DE EUROPA: HERANÇAS E TRADIÇÕES	
Ideia de Europa no Mundo Clássico.....	6
A Europa na Cristandade Medieval.....	8
EUROPA ERUPTIVA - DO HUMANISMO À «PAZ PERPÉTUA» DAS LUZES	
Do Humanismo à Crise de Consciência Europeia	13
<i>Aufklärung</i> e a Ideia de Paz Universal.....	18
<u>NOVA ORDEM EUROPEIA</u>	
ESTADO-NAÇÃO: CONSCIÊNCIA CULTURAL NACIONAL	
Dos Movimentos Nacionais à «Primavera dos Povos»	23
A decadência do Ocidente e o Emergir da Noção de um Destino Comum....	26
<u>UM DESTINO COMUM</u>	
NOVOS OLHARES SOBRE A EUROPA	
As Europas em Confronto.....	32
A Comunidade Europeia.....	36
<u>CONCLUSÃO</u>	38
<u>NOTAS</u>	43
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	45

INTRODUÇÃO

Escolhi este tema por achá-lo de grande actualidade, pois no que toca à definição de uma identidade europeia, muito há que dizer. A Europa é ainda uma noção incerta, nasce da barafunda, com fronteiras indefinidas, passando por uma grande metamorfose para chegar ao que é hoje. O objectivo da presente pesquisa consiste em interrogar, analisar, a fim de despertar uma consciência crítica, a ideia de Europa – precisamente naquilo que ela tem mais de incerto e de contraditório, a sua complexa identidade.

A sua originalidade reside na falta de unidade, ou melhor, a unidade assenta na sua ausência – mas será isto um mero argumento retórico, ou não? A Europa é portanto feita de contradições, o seu fundamento é a total ausência de fundamento, a sua ordem é a desordem tumultuosa. Mas para analisar tudo isto é fundamental recorrer a um princípio histórico que *«liga a identidade europeia ao devir e à metamorfose»* como dirá Edgar Morin. Urge interrogar o passado, numa tentativa de poder compreender e pré-figurar o devir da Europa, tão discutido actualmente por causa do seu alargamento

A ideia de Europa nunca foi totalmente definida, nem em termos geográficos, étnicos, culturais ou políticos. Opiniões tão diversas justificam a afirmação de Ortega y Gasset quando diz que a Europa *«é um ponto de vista»*, na verdade a Europa é um projecto e, como tal, permanece em aberto a sua identidade. Ao longo de vinte e oito séculos de existência, construiu-se uma maneira única de pensar e ver o mundo, que dela somos herdeiros e participantes desde que existimos.

Embora este tema não esteja muito aprofundado, foi com enorme prazer que o abordei, contudo diversidade de obras relativas ao tema é elevada, o que me proporcionou uma certa dispersão no que diz respeito a uma leccionação desta matéria. Devo igualmente referir que não há rigorosa pretensão de expor separadamente cada assunto como se de artigos de dicionário se tratasse, é

possível que, embora a divisão da pesquisa em capítulos pareça evidenciar uma compartimentação dos temas tratados, é natural que se encontrem alguns assuntos abordados noutros capítulos, mas é o próprio assunto que impõe esta osmose, obrigando-me a uma interferência entre as matérias dos diversos capítulos, não deixando contudo de tentar ser o mais coerente, rigoroso e de certa forma pragmático.

CALDO CULTURAL

EMERGÊNCIA DA IDEIA DE EUROPA - HERANÇAS E TRADIÇÕES

««Toda a raça e toda a terra que foi sucessivamente romanizada, cristianizada, e submetida, quanto ao espírito, à disciplina dos Gregos é absolutamente europeia » (1)

Paul Valery

Paul Valery considerava como europeus todos aqueles povos que ao longo da história sofreram três influências decisivas - a filosofia Grega, o império Romano e o Cristianismo. Assim sendo, será com uma sinopse que arranca esta pesquisa, pois penso ser fundamental referir e analisar, sem contudo ser demasiadamente exaustivo, as fontes da cultura europeia. Mas na verdade considero esta célebre definição deveras redutora, uma vez que esquece todo o contributo eslavo, celta, germânico, árabe e oriental, em prol da influência de Atenas, Roma e Jerusalém. Talvez isso tenha permitido a Dennis de Rougemont afirmar que nos primórdios da nossa era, como é óbvio, não se operou uma fusão orgânica ou lógica, como nos leva a crer o poeta francês, mas uma interminável polémica se iniciou. Não houve portanto uma harmonia preestabelecida entre o profetismo judeu e o *logos* grego, o sentido crítico e a razão de Estado, as religiões sincréticas e a fé, a Igreja e o Império, Deus e César. Contudo, a fim de facilitar o meu trabalho e de o dotar de mais coerência e evidência optei pela proposta de Valery para iniciar a minha pesquisa. Como tal analisarei, não exaustivamente, as três influências decisivas que segundo este autor foram as fontes da cultura europeia.

Delimitado convencionalmente a oeste pelo Oceano Atlântico marcando o limite extremo da massa continental, a este pelos montes Urais, sul pelo Mediterrâneo, o *Velho Continente* assume-se como uma «finisterra» da Eurásia,

sendo por isso uma península ocidental da Ásia, a que no dizer de Morin, se chamou continente por «incontinência» da linguagem. Séculos após séculos a Europa foi permeável a migrações e migrações de diversos povos; o seu substrato pré-indo-europeu foi claramente submerso pelos povos indo-europeus, revelando sempre uma capacidade de assimilação de outras culturas estrangeiras e «bárbaras».

IDEIA DE EUROPA NO MUNDO CLÁSSICO

Ninfa de um deus maior, uma branca princesa fenícia, filha do rei Agenor, chamada Europa é seduzida e raptada por Zeus, metamorfoseado de touro e conduzida até Creta, onde dos seus amores com o rei dos deuses nasceu Minos. Este mito poético de Hesíodo (referido na *Teogonia*), ainda que passados vinte e oito séculos da sua narração, ajuda a compreender como se determinam gradualmente os limites da Europa, e sobretudo a constituição de um espaço que se individualiza em relação à Ásia. Nos tempos gregos, o Mediterrâneo oriental constituía o local de confronto entre as três terras que o istmo do Suez e do Bósforo separavam; aí, surgira o desejo de separar e distinguir a Líbia (África) a Ásia e a Europa. Contudo, nunca darão resposta a uma pergunta que se tornará fundamental – quais os limites da Europa a Leste? Os gregos, de costas voltadas para o continente, só conheciam o Mediterrâneo e zonas limítrofes, que passará a ser local de actividade e de privilegiada comunicação entre o Império Romano, que não tinha fronteiras a não ser as do mundo romano conhecido. Esta concepção imperial trará à Europa uma certa proeminência, é ponto geográfico privilegiado, pois é onde se localiza o poder dominador que se estende aos demais continentes dominados pelo mundo romano. Até à partilha deste império, o espaço europeu era um aglomerado de províncias romanas. Todavia entre os séculos V e VI surge um novo conceito político de Europa – o centro deixou de se localizar entre o Egeu e o Adriático,

para se situar entre o Adriático e o Mediterrâneo, Roma será então a capital desta *oikoumène*.

Não obstante da Europa no mundo greco-latino não ser um conceito político, mas apenas um conceito geográfico, a «invenção» da Cultura grega, ponto alfa das culturas europeias, está ligada ao conceito de *polis* e à superioridade da cultura do *logos*, que foram irradiados para além da Grécia. Esta civilização propôs valores essenciais que ainda hoje são instrumentos intelectuais e éticos para os europeus – a ideia de natureza (*physis*), a ideia de razão, a ideia de ciência, a ideia de liberdade, e, sobretudo, o conceito de prática. Pegado e transformado pelos romanos, o conceito *res publica* e de organização ganha consistência assumindo-se como um posto de civilização por oposição ao mundo bárbaro, a integração no império implicava condições, ou seja a aceitação de valores e a prática de regras na vida pública. Assim, de bases gregas e hebraicas, o império romano assumia-se universalmente como modelo cultural, situação que se veio a incentivar com a conversão de Constantino, mantendo contudo a diversidade dos povos e das suas culturas, sendo essa mesma diferença um dos fios condutores que mais acentuará «ideia de Europa». O Império Romano, difundirá ainda uma língua que dará origem ao conjunto das línguas românicas e que ainda continua a ser hoje, uma língua europeia de cultura, o latim (que assumirá um papel de elevada importância durante o medievo – situação que referirei em seguida).

A EUROPA NA CRISTANDADE MEDIEVAL

Será durante a época medieval que, paralelamente ao emergir da identidade cristã, surge a identidade europeia. Com a conversão de Clóvis (496), a evangelização dos povos bárbaros expande para o interior do continente e atinge o seu desenvolvimento em pleno século VII. Na verdade, esta nova religião desconhecida dos povos do continente europeu, provinha da Judeia e expandiu-se em primeiro lugar na Ásia Menor, dum lado e de outro do Mediterrâneo, e só mais tarde é que recobrirá a Europa pagã dos velhos mitos. Terá sido a conquista dos seguidores de Maomé que, ao islamizar o Oriente e o Norte de África, que vão circunscrever, fechar e encerrar durante muitos séculos o cristianismo na Europa. Por isso se poderá dizer que «*num primeiro tempo, o Islão faz a Europa, nela enclausurando a cristandade (século VII), e que num segundo tempo, a Europa se faz contra o Islão, ao fazê-lo retroceder em Poitiers (732)*». (2) Assim a Europa fechou-se sobre si mesma, o Mediterrâneo deixou de ser uma via de comunicação para ser uma «barreira líquida». Este ensimesmamento introverterá a Europa sobre a sua massa continental. Contudo esta situação despertará a Europa do Noroeste e a Europa continental para as trocas e para o comércio – «*do mesmo modo, a economia europeia, de aquática, passa a anfíbia.*» (3)

Terá escrito Isidoro de Sevilha o termo *Europenses*, numa crónica ao referir-se aos seguidores de Carlos Martel que resistiram à ofensiva dos muçulmanos, bem como Carlos Magno é designado como o *Pater* da Europa, território que reunia a Gália, parte da Alemanha e o norte da Península Itálica, agora «*o Sacro-Império como unidade agregadora da nova estrutura política (...) o universalismo cristão deveria substituir a "ideia" romana de império.*» (4) Depois da sua morte a ideia de cristandade absorve a ideia de Europa, e a palavra desaparece até ao século XIV. Mas, para todos os efeitos esta fase do império carolíngio, diferenciando-se dos impérios bizantino e árabe, consolidou as bases de uma cultura europeia, a cultura da cristandade medieval, e a componente plural de diversos reinos, baseadas em tradições étnicas importadas. É a

prefiguração da Europa das nações, (aqui já a Europa mostra, que desde as suas origens, a unidade pode ser feita da diversidade das nações. Assentando numa vasta rede de abadias e mosteiros, criadas as relações entre mestres e alunos nas escolas, incrementou-se a produção livresca interna e verificou-se a explosão de um vasto número de bibliotecas, local onde se sedimentava toda a cultura que formava a identidade de uma região. Importante referir também as famosas feiras de Champagne, que serviram no século XIII e XIV como pólo catalisador de trocas de toda a espécie entre o Norte e o Sul, o Este e o Oeste, bem como Génova, Pisa e Veneza, pólos de novo desenvolvimento económico, que se expandem através de banqueiros de origem judaica que se instalam em Paris, Londres, Madrid e Bruges; todavia em meados do século XIV a famigerada Guerra dos Cem anos arruinará a importância destas feiras favorecendo a zona hanseática. É importante a contribuição dos comerciantes burgueses para unidade europeia, que nas suas viagens faziam transitar mercadorias e ideias, cimentando redes comerciais e laços culturais.

Mas o grande cisma de 1054 (cisão entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa) desferiu um golpe decisivo na Europa, então em formação, as duas capitais do mundo cristão (Constantinopla e Roma), com concepções teológicas diversas e olhares distintos sobre o evangelismo, acentuaram a dualidade da fé e conduziram à ruptura entre o Oriente e o Ocidente, já iniciada com a separação do Império Romano do Oriente com o do Ocidente (395). Assim parecendo uma Europa unida pelo cristianismo, esta Europa da baixa Idade Média é bastante heterogénea, a cisão afectará toda a Europa - Bizâncio converteu russos, sérvios e búlgaros, Roma polacos, sérvios e húngaros - o que vai gerar um antagonismo entre germanos (católicos) e eslavos (ortodoxos). O próprio Império do Ocidente é retalhado em três após a morte de Carlos Magno (Verdun - 843), bem como se torna palco da disputa sobre a separação de poderes (espiritual e temporal), criando uma fractura entre império e papado, e durante um tempo assistiu-se mesmo a uma divisão antagónica entre papas (cisma papal do Ocidente, 1378 -1418). É a Europa ocidental que tenta escapar

ao monolitismo teocrático que paralisou Bizâncio, e sobretudo o Islão, depois de ter favorecido a sua expansão.

Penso ser importante referir o apelo do papa Urbano II em 1096 (concílio de Clermont), que foi considerada a primeira cruzada. Alguns autores vêem nesta vontade de extensão ao oriente pela reconquista cristã, a fim de libertar e recuperar territórios perdidos da Cristandade e na luta contra o Islão um projecto de adesão, portanto um momento fundador do Ocidente, e uma tomada de «consciência europeia», perante o perigo do Islão, a vontade de reconquistar lugares santos despoletou um sentimento de unidade na a cristandade ocidental que, perante esta ameaça não se soube unir à Cristandade Ortodoxa (não unificando a totalidade do espaço europeu – cf. Maria Manuela T. Ribeiro, 2002) . A tentativa dos cruzados falha, não conseguem fazer voltar o Cristianismo às suas terras de origem, mas durante esta fase houve um sem número de circulações entre o mundo muçulmano, no esplendor cultural e económico, e a Europa cristã, que se refinava através de um contacto, mais ou menos clandestino, com o mundo árabe, não só pelo oriente, mas sobretudo pela Espanha islâmica, que impunha à Espanha católica uma pluralidade religiosa de muçulmanos, judeus e cristãos, a tradução da filosofia grega e a matemática árabe. Mas após a conquista de Granada (1492), os Reis Católicos expulsam muçulmanos e judeus não convertidos, com o intuito de estabelecer um monopólio sobre todas as crenças e religiões na Europa, fechando-se mais uma vez o cristianismo em si próprio. A reconquista cristã pára em Gibraltar e não consegue sair fora desta ninfa de um Deus maior. Abandonou-se a antiga Bizâncio (1453) e os Balcãs para o avanço Turco, e *«nesse mesmo momento, o aparecimento dos tempos modernos vai dissociar a Europa e cristianismo: ele abre a América ao cristianismo e Europa ao pensamento laico. É só pois a Europa medieval que pode ser identificada à cristandade.»* (5). Surge portanto uma outra divisão, que opõe o ocidente europeu marítimo, que depois das cruzadas se vira para as trocas mercantis, ao oriente europeu continental (eslavo-bizantino, Kiev) que sofre a invasão mongol. As repúblicas italianas florescerão nesta fase, bem como as cidades – livres da Liga Hanseatica.

É então que neste contexto se forma a Europa Moderna, perdendo o Mundo Antigo (Bizâncio - 1453), descobrindo o Mundo Novo (1492) e transformando o próprio mundo através dos progressos do conhecimento, contudo a «*a Idade Média comprometeu a Europa outras derrapagens. Para limitar os fracassos da feudalidade e as desigualdades que a fundavam, instituiu um estado moderno, mais justo, mas que muito em breve se tornou um ídolo: açambarcou o sagrado de que haviam sido despojados os velhos poderes religiosos e feudais para criar outro Leviathan, a razão de Estado. A Europa de hoje ainda não se curou disso.*» (6)

EUROPA ERUPTIVA – DO HUMANISMO À «PAZ PERPÉTUA» DAS LUZES

«O humanismo é uma criação original e típica da cultura europeia, cujas ambiguidades e complexidades reflecte. Ele é com efeito totalmente laico no seu fundamento, o homem, mas o homem é nele fundamento porque a cultura europeia nele verteu a substância mítica e religiosa que lhe empresta o seu poderio resplandecente...»

(7)

DO HUMANISMO À CRISE DE CONSCIÊNCIA EUROPEIA

Exceptuando os espíritos mais cultos e as personalidades políticas, não havia ainda uma consciência europeia, ainda não se tinha despoletado a ideia de pertença a um território chamado Europa, não obstante de, em diversas representações cartográficas da época moderna (século XVI) se representarem diversos continentes, inclusive a Europa, que ainda é definida como o pólo cristão por oposição às outras civilizações «bárbaras», «selvagens» ou «infiéis».

Após a época medieval, o tempo de mudança política, social, económica e educacional, projectará nesta Europa uma nova mentalidade que se traduzirá no espírito Humanista e no Renascimento, assumindo-se nesta época a cultura como um terceiro poder, que contrabalançava com o espiritual e com o temporal. Há portanto uma emancipação progressiva do homem, que se começa a libertar do «jugo» teocrático. Credo em todas as possibilidades de melhorar e modificar o seu destino, o homem torna-se mais «humano», o antropocentrismo é palavra de ordem, revive-se a ideia de Protágoras «*O homem é a medida de todas as coisas*» e está intelectualmente no centro do mundo, é o único Sujeito no universo. O homem é digno e livre, o exercício de liberdade é necessário à sua plena realização, situação relativamente antinómica em relação ao Cristianismo, uma vez que o homem se pensa agora como senhor do seu destino e com licitude para exercer soberania sobre o universo que o rodeia. Houve, portanto, uma autonomização do pensamento relativamente à esfera religiosa, a razão autonomiza-se e ganha cada vez mais confiança, e após ter

tentado encontrar a sua verificação em Deus, tornar-se-á verificadora de todas as crenças e mais tarde opor-se-á à fé. Toda esta autonomia da razão deveu-se em parte ao retorno às origens gregas, desta vez não *deturpadas* por um caleidoscópio da fé cristã, o que veio a desencadear posições racionalistas e naturalistas, opostas aos princípios criador do judaico-cristianismo.

Projectou-se então, um novo olhar sobre a mundividência devido a vários acontecimentos que aconteceram no final do século XV. As descobertas de novos pontos do globo, através dos nossos grandes navegadores, permitiram o conhecimento de novos povos, novas culturas e novas línguas, bem como o estabelecimento de novos circuitos financeiros e comerciais, portanto de uma economia mundial. Sublinho também os diversos progressos científicos que conduziram a um repensar do universo, como a revolução copernicana e as teorias de Galileu. Tendo em conta a descoberta de novos espaços, de novas civilizações, o avanço do conhecimento científico que impuseram uma nova visão do universo, e a invenção de Guttemberg, o europeu reflectiu sobre a sua própria cultura – situação que veio causar uma aguda crise de consciência na Europa.

Terá sido a reforma protestante a provocar a ruptura com a concepção universalista de sociedade que o cristianismo propunha à Europa *«daí o carácter sangrento das guerras religiosas que fazem aparecer uma imagem fragmentada da sociedade europeia, o que quer dizer novas entidades políticas, culturais e religiosas que fundamentarão os estados-nações.»* (8) Com as reformas ganham corpo correntes religiosas que se demarcarão do cristianismo romano, situação que desencadeará uma Contra-Reforma por parte da Igreja Católica, sobretudo a partir do Concílio de Trento (1545-1563) onde se define uma estratégia em defesa da Reforma protestante. Fundam-se ordens religiosas como a Companhia de Jesus, por Inácio de Loyola, reafirma-se o papel das obras humanas na salvação, o carácter sagrado dos membros do clero, os sete sacramentos, o culto dos santos, bem como, fruto do dinamismo da Igreja católica pós-concílio, a pujança da arte clássica e barroca. Foi também, um conjunto característico de atitudes em relação à comunidade internacional que

caracterizaram esta época em que a teologia se voltou apresentar como a *mãe* de todos os saberes (Segunda Escolástica) «*assim a Reforma protestante e a Contra-Reforma católica são importantes por apresentarem um debate renovado sobre dois conceitos basilares para as relações internacionais direito natural e o de direito das gentes. Os estudos teóricos da Segunda Escolástica e da teologia protestante jus racionalista ocasionam uma procura renovada dos instrumentos jurídicos susceptíveis de compreender e regular os novos problemas das sociedades e economias renascentistas e modernas.*» (9)

É conveniente lembrar que a condenação do protestantismo, proferida em Trento e a muito maior autoridade que dele o papado tirou, vieram completar o processo de divisão da Cristandade Ocidental, nos finais de quinhentos a uma Europa que se mantinha católica, opunha-se (para além de, a leste, haver uma Europa ortodoxa) uma Europa protestante sob a forma luterana, a forma calvinista ou anglicana, e ainda no centro e a oriente surgem fortes comunidades judaicas e mundo muçulmano dominava nos Balcãs – esta divisão que se perpetuará pelos séculos vindouros, não obstante das tentativa de reunião, deixará marcas muito profundas na “sensibilidade colectiva” dos povos europeus, consoante se converteram ao protestantismo ou se mantiveram fiéis a Roma.

Tendo como pano de fundo a necessidade de estabelecer uma organização das relações entre os povos que seguem religiões diferentes (católicos, protestantes, gentios, pagãos, hereges...), surge a esperança da recomposição religiosa determinante para a estabilidade política e social – Campanella escreve a *Cidade do Sol* e afirma a unidade de um sentimento religioso comum, partindo dos modelos utópico de Thomas More (1477-1535); Francis Bacon (1561-1626) na sua obra *Nova Atlântida*, descreve-nos uma sociedade em que coexistem a religiões monoteístas. O problema religioso não se poderá destacar das teorias políticas e jurídicas desta época, «*o humanismo Cristão (...) insiste na defesa na supremacia da moral sobre as necessidades políticas. Desta meditação decorre o aparecimento de uma plêiade de teólogos-juristas, como Francisco de Vitória (1492-1546), Soto (1494-1560), Luís de Molina (1536-1600) e*

Francisco Suarez (1548-1617). Ao lado dos juristas que mais directamente recolhem a herança romana, em que se destaca Hugo de Grotius (1583-1645) (...) e frei Serafim de Freitas.» (10) Importante destacar também, os teóricos da política e do estado que se apartaram das construções teológicas e que tanto influenciaram esta época, como Maquiavel e Bodin que pragmatizaram e teorizaram a soberania como elemento fundamental de um Estado, bem como a amoralidade e o calculismo necessários para manter esse mesmo poder. Mais tarde, Hobbes (1588-1679), seguidor da teoria política realista de Maquiavel, afirma haver uma anarquia maquiavélica entre a comunidade internacional, os estados, tal como os homens, combatem pelo proveito, para impor o seu domínio sobre os outros (*Leviathan*)

Guerras houveram, em toda a Europa, por causa destas questões religiosas mas nem mesmo a vitória de Carlos V - o mais poderoso soberano da Europa - em Mühlberg (1547) contra a liga de Smalkalde (que reunia os príncipes convertidos ao luteranismo), foi suficiente para o restabelecimento da tão desejada unidade religiosa e política do Império Habsburgo, que então dominava quase todo o continente. Foi em 1555 que o imperador teve de aceitar a paz de Augsburgo, «*que afirmara o princípio cuius regio, eius religio*» (11) - reconheciam-se assim ambas as confissões, bem como aumentava de poder conseguido pelos príncipes luteranos com as secularizações. Este compromisso pusera fim a alguns conflitos armados entre os príncipes católicos e os príncipes seguidores de Martinho Lutero, concedendo a uns e a outros a liberdade de escolher a sua religião e de impô-la aos seus súbditos.

Todavia, após a abdicação de Carlos V, alguns dos seus sucessores debilitaram a autoridade do imperador, no último quartel do século o calvinismo dispara na Alemanha, mas a paz fica ainda mais ameaçada quando, de dentro do Império surgem duas ligas antagónicas - a União Evangélica (protestante) e a Santa Liga (católica) - e o imperador Fernando II demonstra sua intransigência para com os luteranos, assim como as suas pretensões de transformar o império Germânico num único e vasto Estado centralizado,

alemão e católico. Então, aplicando uma teoria de guerra justa, entre 1618 e 1648 a Europa transformava-se com a Guerra dos Trinta Anos. Recebido com alívio, o Tratado de Westefália (1648) porá fim a este conflito religioso e político, que impiedosamente destruiu a Europa (mas nem por isso trazia a paz total, a guerra entre a Espanha e a França continuavam, e os problemas do Norte da Europa mantinham-se sem solução). Reafirmando os princípios do Tratado de Augsburg (*cuius regio, eius religio*), é um marco importantíssimo na formação da identidade europeia, é um período em que se balanceiam os poderes, doravante o Estado nacional terá primazia sobre a religião, o que lhe vai permitir edificar a sua própria religião, «(...)o Tratado de Westefália, de 1648, traçara uma nova carta política da Europa, e o princípio de estabilidade de fronteiras implicava impedir o regresso à guerra como instrumento de política internacional. Era a paz pela supremacia do direito.» (12).

Agora, a generalização do termo “Europa”, em detrimento do de “cristandade” corresponde à soberania dos Estados-Nação, a noção de Europa, um continente retalhado em Estados que travam constantes guerras entre si (Morin). É com a derrocada do Império, o enfraquecimento do poder papal, e sobretudo com a “domesticação” dos antigos feudos, que surge a Europa dos Estados. Que se afirma na modernidade não através do combate contra o inimigo exterior, mas no combate interno, na luta contra si própria. Nesta fase, o Estado assumirá uma preponderância que faz ser soberano contra qualquer instância que se quisesse superior.

Em resumo, a modernidade caracteriza-se pela formação de Estados e pela ideia de nacionalidade (mas será preciso esperar pela revolução francesa e pelo século XIX para se poder falar de nacionalismos), bem como pela elaboração da “ideia democrática” (ligada à Reforma e à prática das decisões e eleições monásticas mendicantes, bem no coração do medievo) - mas será mais uma vez preciso esperar até ao século XVIII para que esta ideia “democrática” como a felicidade ganhem rumo. Uma outra característica é a da secularização da política e sua autonomização em relação à religião, outra será a transformação das relações internacionais, pois passa a haver uma definição do “agressor”.

AUFKLÄRUNG E A IDEIA DE PAZ UNIVERSAL

«O espírito racional era e é universal. A Grécia forjou o discurso racional. A Europa produziu a dialógica, simultaneamente crítica, construtiva e mitológica da razão. Debaixo da palavra “razão” há o melhor e o pior da cultura europeia.»(13).

Este reajustamento geopolítico, o desenvolvimento demográfico, a reincorporação da cristandade oriental, a ameaça turca (1683 – cerco de Viena pelos Turcos) impõe à Europa a necessidade de tomar consciência de um novo equilíbrio. Nos finais do século XVII e inícios do século XVIII é fase da grande batalha das ideias, é o debate da Modernidade, a *Aufklärung*, o “século das Luzes”. «A Europa urbaniza-se, organiza-se, estrutura-se e vê reforçado o papel do Estado. A ideia de equilíbrio perpassa todo o “Século das Luzes”» (14).

Ainda no século XVII, Descartes, mantendo ainda uma vigilância na fé, cria um método, uma alavanca arquimédica que levanta e fundamenta os princípios do pensamento racional, e que sistematizará com facilidade toda a realidade que rodeia um sujeito cognoscente, ou seja, com base numa evidência indubitável (o *cogito* e na dúvida cartesiana – se eu duvido é porque sou, mas só se está seguro da existência pelo facto de se pensar, penso logo, existo) levantará todo o conhecimento racional, pois perante a evidência do sujeito pensante sobre si mesmo, a consciência torna-se fundamento de toda a verdade. Mas só em meados de setecentos é que esta razão se libertará das amarras da fé, mas será uma razão crítica e construtiva, pois atacará mitos e religiões, mas edificará um sistema filosófico completo, o racionalismo – tudo o que existe é permeável à razão, portanto é inteligível e tem a sua razão de ser, não há lugar par ao absurdo. Esta visão pautará a vida dos europeus, tanto no campo cultural, como no ético-político, o europeu deve agir racionalmente, e a sociedade deve ser racionalmente dirigida e organizada.

Ao nível do pensamento político contributos como os de Espinosa e os de Leibniz, e as suas teorias da democracia são base fundamentais para o pensamento iluminista, bem como a lei natural de Locke e o modelo de uma

monarquia “temperada”. Mais tarde, são igualmente importantes as teorias de Montesquieu, de Rousseau, de Diderot, entre outros. Todos, exceptuando Rousseau, acreditavam na monarquia, mas desde que seja respeitadora das grandes liberdades de fundo (a liberdade individual, a liberdade de pensamento e de expressão), o grande príncipe seria aquele que fizesse usufruto do seu poder para o bem do seu povo, e realizasse muitas reformas inspiradas nas ideias dos pensadores. Mas por um lado este racionalismo *«reivindicava a liberdade para o indivíduo suposto naturalmente sensato e conduzia à democracia que permite à razão colectiva reger a cidade. Pelo outro, conduzia ao despotismo esclarecido sobre os sujeitos ainda pouco sensatos, e eventualmente ao terror contra os rebeldes aos decretos da razão. Não é efectivamente um acaso se o altar da guilhotina coincide com o culto à deusa-razão.»* (14). O despotismo esclarecido surge nesta Europa quase como uma fórmula mágica que parece inspirar-se nos filósofos, de S. Petersburgo a Lisboa.

A Europa moderna atravessa uma fase onde se encara um novo tipo de liberdade, há novas concepções de fazer política, do Estado, das relações entre os Estados, motivados por uma articulação entre os contextos económico-sociais e os novos pressupostos ideológicos e filosófico-políticos. A difusão do iluminismo encontra na França solo fértil, onde a crítica a instituições políticas e a ideias religiosas, a crença indeterminada no progresso humano e da felicidade terrena, pela rejeição dos dogmas, da autoridade e das tradições eram palavra de ordem. A própria difusão do iluminismo em toda a Europa foi facilitada pela utilização da língua francesa pelas classes superiores da maioria dos países europeus, aqui a franco-maçonaria desempenhará um papel crucial, pois não era somente pelos livros e periódicos, ou salões e academias que se difundiam estas ideias, mas também pelas inúmeras lojas maçónicas espalhadas por toda a Europa (cf. Carpentier - Lebrun).

Será também por esta época, lembrando propostas de outrora, que surge a ideia de uma União Europeia nos projectos de uma paz universal. Inspirado em modelos platónicos e augustinanos, esta ideia já influenciara More, Francis Bacon, e outros teóricos da utopia. Assente num ideal

universalista e tolerante, pressupõe-se uma instituição federal representada por um parlamento europeu, que tivesse como objectivo a paz internacional, o florescimento económico, e a integração dos não cristãos. Este projecto de uma Europa unificada, federal, que unificasse Estados e reconcilia-se cristão, era um projecto de pensadores ingleses protestantes, não conformistas - os Quakers (século XVII).

O Tratado de Utreque (1713), assinado entre a França e a Espanha, vem pôr fim à Guerra da Sucessão de Espanha, marcada por um período de intensos conflitos. A França nunca mais virá a ser um só reino com a Espanha e perde a Nova Escócia com para os ingleses, a Áustria recebe os Países-Baixos espanhóis, a Sardenha, o reino de Nápoles, Milão, a Inglaterra recebeu Gibraltar, e desencadeou-se a unificação e o fortalecimento da Prússia, agora «*a balança de poderes aparecia como o substituto de uma autoridade supranacional inexistente.*» (16). Por esta altura, destacar-se-á um plenipotenciário francês nas conferências de paz em Utreque, o abade de Saint-Pierre. Este publicará um projecto de paz perpétua na Europa («*Projet pour rendre la paix perpetuelle en Europe*») dedicado a Luís XIV, onde propunha a constituição de um senado ou de uma assembleia, com poderes legislativos e judiciais - «*os Estados tinham voto em função da sua importância, mas os pequenos Estados podiam agrupar-se para ter voto igual. As decisões seriam tomadas em maioria (...) Limita os exércitos nacionais. No caso de guerra, a assembleia designará um generalíssimo para chefiar um exército de composição internacional de cerca de quinhentos mil homens (...) Determina a supremacia do direito internacional. Condena definitivamente qualquer revisionismo territorial.*» (17) Esta ideia de uma paz universal não seria inovadora com este diplomata, uma vez que se inseria numa corrente cosmopolita que ganhara fôlego durante o século XVIII. Partira mesmo de Dante (*De Monarquia* - 1310-1313) e da sua monarquia universal, passando por humanistas como Erasmo ou Thomas More, mas será no século XVIII que esta visão emerge com mais importância, afirmando novos valores a fim de uma cultura da paz. Estes pensadores serão marcados por uma concepção de mundo europeísta, fundada na unidade do género humano.

Fundar a paz durável, a “Sociedade Europeia”, uma Europa confederada através das Repúblicas, das instituições comunitárias, de pactos cosmopolitas, sempre foram os grandes objetivos de Saint-Pierre. Mais tarde, Rousseau retoma as ideias deste diplomata e escreve «*Jugement sur la Paix Perpetuelle*», onde afirma e explica a Europa como uma Federação de Estados fundados sobre o princípio da vontade nacional. Esta teoria será defendida e definida pelo grande Immanuel Kant («*Paz perpétua e Outros Opúsculos*» - 1795), onde a ideia de paz somente seria mantida pela República (conceito que para o filósofo se opunha aos estados autocráticos) e com o consentimento dos povos, rompe com a ideia de “Europa dos Príncipes”, mas um Estado-Nação cujas identidades são construídas pela vontade do povo, havendo, desta forma, um conjunto de Estados instituídos num congresso, numa espécie de união voluntária e a todo o tempo revogável (contrariamente ao que tinha sido feito nos Estado Unidos da América - uma união fundada numa constituição pública e não solúvel). Kant marca uma ruptura com o universo da Europa Feudal e o começo duma Europa Moderna (emergente da filosofia crítica). Outros pensadores houve, que longe de se inspirarem na ideia cosmopolita de uma paz perpétua, basearam-se em Maquiavel e ocupavam-se da expansão do interesse nacional.

«NOVA ORDEM» EUROPEIA

ESTADO-NAÇÃO: CONSCIÊNCIA CULTURAL NACIONAL

«A Revolução Francesa provocou um despertar prodigioso em toda a Europa através da Declaração dos Direitos do Homem, da abolição da feudalidade, do espírito republicano, mas desconhece o poder da religião, resvala para a guerra e para um nacionalismo de uma virulência até então desconhecida e dá a imagem assustadora do terror.» (18)

Os anos da Revolução Francesa (1789), são fundamentais e decisivos na construção e na definição do continente europeu. Todas as lutas revolucionárias favoreceram esta Europa das Nações, agora a Nação é encarada como fonte de direitos e de direito, de soberania de Estado que é assumido como uma nova religião, tipicamente moderna (pois o povo, como realidade constitutiva de um Estado e como grupo social, somente emergirá com a Revolução Francesa). A França revolucionária é o primeiro modelo acabado de Estado-Nação, *«o modelo inicial a partir do qual os povos dispersos em mini-Estados, ou vassalizados nos Impérios (austríaco, czarista, otomano) se vão organizar ou fazer-se organizar em Estados-Nações.» (19)* A soberania do rei, passa para o povo, que deixa de ser sujeito do seu soberano para se tornar sujeito soberano da sua própria história. Este passará a ser filho da pátria, da mãe-pátria, que se encara como uma comunidade quase mítica. A Nação é feminizada em mãe de leite, e o Estado paternizante, mesmo na sua autoridade. Mas será mais tarde, no século XIX, que a noção de Estado-Nação ganha substância, pois é fundamentada em dois princípios – o do direito dos povos e das nacionalidades.

Foi perante a hegemonia francesa, que as resistências se reafirmam em nome de valores nacionais, a França de país libertador passava a país opressor. Pois quando o movimento revolucionário se radicalizou ou quando Napoleão empenhou o seu jugo ao continente, as ideias de liberdade e de Nação não

desapareceriam. Entre 1789 e 1815 a grande Nação francesa impôs-se à Europa, primeiro pelas ideias, depois pela força das armas. Napoleão, auto-coroadado imperador, tenta construir uma Europa Continental Francesa, mas a obstinação inglesa, apoiando as coroas subjogadas, acabaria por vencer este Império. Assim a França fora vítima não só dos reis, mas também dos povos, cujos sentimentos nacionais ajudara a despertar. Portanto, a Revolução Francesa e as invasões napoleónicas não só acentuou as diferenças nacionais, mas também fez com que se afirmasse um novo quadro político europeu através de um jogo de alianças e tratados. Napoleão Bonaparte deu sobretudo a ideia do que a Europa não deve ser - uma Europa da conquista e da dominação de um Estado ou de um homem.

Foi no Congresso de Viena (1815) que mais uma vez se organizou a Europa, desta vez com base na obediência ao soberano legítimo e na restauração das monarquias tradicionais. Em nome da paz universal e do “equilíbrio de forças europeu” estabeleceu-se uma aliança, arbitrada pela Inglaterra, entre a Rússia, a Áustria e a Prússia - «a aventura napoleónica levou à formação da chamada Santa Aliança que coligou as monarquias legítimas, contra o Imperador (...) que ideologicamente se erguia contra o ideário da Revolução Francesa e defendia o legitimismo tradicional e a concepção cristã da vida tal como a entendiam.»

(20) Nesta fase penso ser importante referir as ideias providencialistas de contra-revolucionários que viram na Europa uma forma de criar a Nova Jerusalém, uma superpátria cujo equilíbrio seria mantido pela unidade religiosa, tal como a Europa de Carlos Magno. Assim sendo a França teria um lugar privilegiado entre as diversas nações. Desta linha de pensamento destaco Louis de Bonald (1754-1850) com uma visão mais política, e Joseph de Maistre (1753-1821), um conservador espiritualista, que acentua a visão de uma Europa de unidade mística.

DOS MOVIMENTOS NACIONAIS À «PRIMAVERA DOS POVOS»

«A confiscação do ideal nacional pelo aparelho estatal – que é obra dos jacobinos e de Napoleão –, a nacionalização do Estado real e a estatização da nação revolucionária, é o que vai criar no primeiro decénio do século XIX, o modelo do Estado-Nação, em breve imitado por toda a Europa monárquica e republicana e, no século XX, no resto do mundo.» (21)

As grandes contendas revolucionárias prolongaram-se por toda a Europa do século XIX, opondo-se a governantes que muitas das vezes eram autocratas. Os estados conservadores arvoravam-se com duas grandes contendas geradoras de instabilidade – os liberais que procuravam manter e promover as instituições representativas, e o movimento dos patriotas que, ainda animados pelos ventos de 1789, proclamavam o direito dos povos de dispor de si próprios e de formar nações. Assim, paralelamente a uma Europa ocidental mais liberal e voltada para o progresso, numa Europa mais central desenvolviam-se movimentos nacionalistas (1815-1840) com o apoio da Igreja e de grandes proprietários, que visavam o restabelecimento da nacionalidade, assentando em princípios históricos.

Por todo o lado as Nações se começaram a organizar em Estados, a Itália e a Alemanha conseguiram-no, e esta última a ponto até, de se transformar na primeira potência europeia. Em Itália o *Risorgimento*, ligado ao iluminismo do século XVIII e à revolução de 89, ficou marcado pela personalidade romântica do jovem carbonário Mazzini, que funda a “Jovem Itália”, em 1831, e tentou alargar o movimento a uma “Jovem Europa”, em 1834 – «*Jovem Europa, Liberdade, Igualdade, Humanidade. (...) Nós abaixo assinados, homens de progresso e de liberdade, crentes na igualdade e na fraternidade dos homens e na igualdade e fraternidade dos povos (...) convictos de que todos os homens e todos os povos devem reunir a protecção do livre exercício da missão individual à certeza de que tudo é feito com vista ao desenvolvimento da missão geral (...), tendo-nos anteriormente constituído em associações nacionais livres e independentes, núcleos primitivos da Jovem Itália, da Jovem Polónia e da Jovem Alemanha...*» (22). Já o movimento nacionalista alemão

era muito mais complexo, preconizava uma liberdade, não do indivíduo, mas do *Volkstum*, entidade colectiva revelada por um Estado forte, esta unidade construiu-se em redor da Prússia, e teve como base um tratado de união aduaneira (*zollverein*) assinado em 1833 entre a Prússia e vinte e cinco Estados alemães. Em 1871 a Alemanha e a Itália atingem a tão desejada unidade.

Inserido num contexto de crise económica e de tensões sociais rebenta uma revolução republicana em Paris, 24 de Fevereiro de 1848, e é proclamada a Segunda República – estes ventos revolucionários percorrerão toda a Europa, elevando os semblantes da fraternidade, e o seu fim último a atingir, a harmonia universal. Mas já em 1847 Engels e Marx, ergueram-se em Londres contra a situação social dos trabalhadores em nome de um internacionalismo proletário.

Já no final de oitocentos, na década de oitenta, os nacionalismos evoluem, nalguns casos, para um sentido de um forte poder dominador (colonial e europeu) ou num sentido emancipador. No fundo será a política pangermanista (colonial e continentes), na qual a questão da *Mittleuropa* constitui um dado importante, e as preocupações paneslavistas (com acesso aos mares ocidentais e espaço balcânico), justificadas a nível económico e geoestratégico, que colocam a Europa numa situação de confrontos e de conflitos de “lógica de guerra”, condutores à Primeira Guerra Mundial e que tiveram como pólo catalisador a Conferência de Berlim em 1885. Aqui África foi “cortada a régua e esquadro” afim da sua ocupação total pelos europeus, «a conferência de Berlim de 1885 é, possivelmente, o patamar primeiro de transformação do Mundo num só espaço de confluência de poderes europeus. E também o marco do começo do recuo.» (23) – o imperialismo aparece agora identificado como colonialismo.

Nesta fase, com o clima de tensão que se gerava, talvez se tivesse esvaído a ideia de uma união europeia, não obstante de no Congresso Internacional da Paz (Roma, 1891), e nas Conferências de Haia (1899-1907) se terem estabelecido estratégias para uma paz europeia, relançando, mais uma vez a ideia de uma união europeia universalista. Contudo, «o bloqueamento e a repressão das

tendências nacionalistas impostas aos povos pelos três impérios autoritários, o prussiano, o russo e o austro-húngaro, foram pelos ares por ocasião da queda desses impérios, na sequência da guerra de 1914-1918, que permitiu que várias dessas nacionalidades nascessem ou renascessem. Foi o caso da Polónia, da Checoslováquia, da Hungria, da Roménia, da Albânia e dos Estados Bálticos.» (24)

O século XIX foi o século da explosão do nacionalismo, que despoletou uma ambiguidade, um progresso e uma perversão, o legítimo reconhecimento do direito dos povos a disporem de si próprios e os excessos da loucura nacionalistas, fenómeno que remontava à Idade Média e se exacerbou no final do século XIX. A Europa era encarada como “a escola do mundo” pelo ímpeto da sua demografia, da sua produção e dos seus capitais, pela sua imposição “civilizadora” em terras não europeias. Esta península asiática impunha-se então ao mundo, julgando formá-lo – todavia as divisões no continente e os conflitos nacionais impediram essa acção.

A DECADÊNCIA DO OCIDENTE E O EMERGIR DA NOÇÃO DE UM DESTINO COMUM

Os dez anos que se seguiram ao primeiro conflito mundial tentaram ser anos de regresso à normalidade. A Europa que surge após o armistício é uma Europa diferente. A primeira grande guerra transforma o mapa do continente, as fronteiras modificam-se, derrubam-se impérios, fracassam Estados democráticos, que deslizam para o autoritarismo, e emergem novas formas políticas - os totalitarismos. A vaga revolucionária iniciada em 1917 na Rússia, alastrava-se. Emerge também uma nova potência, os Estados Unidos da América.

O cepticismo profundo e o sentimento de decadência, causado por inúmeros factos, como alteração do sistema económico, o conseqüente aumento de produtividade que exigia maior esforço humano, as inovações tecnológicas e uma complexa organização industrial, bem como a forte inflação e desvalorização monetária do pós-guerra, (seguida por um período de prosperidade, que culmina na grande depressão de 1929) foram objecto de teorização de Oswald Spengler (*Der Untergang des Abendlandes* - 1918). Na sua concepção cíclica da evolução das civilizações, a civilização ocidental acusava nesta altura sintomas de decadência.

Porém outros pensadores alemães dos séculos anterior já tinham perspectivado esta decadência, como é o caso de Nietzsche, que aponta a herança helenística e o cristianismo como geradores de corrupção, de decadência e de destruição da Europa, no seu *Jenseits von Gut Böse*, de 1886, advertia que a política de “entre-acto” devia findar para dar lugar à união europeia, para além de avisar para os perigos dos nacionalismos que fomentavam dissídios entre os povos da Europa, intimando, inclusivamente, os políticos a realizarem com a maior urgência possível a unidade europeia, desta forma dirá - «*graças ao alienamento doentio que a loucura do nacionalismo provocou, e ainda provoca entre os povos da Europa, graça igualmente ao políticos que hoje estão por cima devido ao seu auxílio (...), graças a tudo isso e a muitas coisas que ainda não se*

podem dizer, não se vêem ou se interpretam arbitrariamente e mentirosamente, os sintomas mais inequívocos que a Europa se quer unir.» («Para Além do Bem e do Mal»; Guimarães Editores; pág. 185)

Um outro pensador da decadência europeia, e por sinal também ele um europeísta convicto foi Ortega y Gasset em «*La Rebelión de las Masas*», mas nas suas «*Meditaciones de Europa*» (postumamente editado) afirma que a Europa fora construída de pequenas nações e que agora urgia agora superá-las, para o grande filósofo espanhol, de certo modo a ideia e o sentimento nacional teriam sido a invenção mais característica da Europa, e os europeus, quando não lançados numa grande empresa comum e unitária, avultam-se e enfraquecem. Portanto estes filósofos têm em comum a ideia de que, sem serem profetas europeístas, o nacionalismo seria o grande obstáculo que impedia e atrasava a realização da unidade europeia. E será esse princípio de nacionalidade, elevado *ad nauseam*, pelos totalitarismos dos anos vinte que turvará qualquer esperança internacionalismo ou unidade e despoletará o segundo grande conflito à escala mundial, ou seja mais uma guerra civil europeia.

Todavia os crescentes nacionalismos não eliminaram o desejo de uma consolidação da paz, em 1920, em Genebra, criou-se a Sociedade das Nações.

Entre as duas guerras houve portanto quem pensasse a Europa e o seu futuro como uma união, poder-se-ão destacar três linhas de orientação, nem sempre distintas, do movimento europeu. Um de índole política e de âmbito bem abrangente, propunha uma união aduaneira, cooperação intergovernamental, uma organização federativa e a manutenção da paz, era o que exprimia o conde Coudenhove-Kalergi (*Pan-Europa*, 1923 - *Manifesto Europeu*, 1924), inspirado por Mazzini e Cavour, este internacionalista apelava incessantemente para a unidade europeia - «*A questão europeia é esta: será possível que, na pequena quase-ilha europeia vinte e cinco Estados vivam lado a lado na anarquia internacional, sem que um tal estado de coisas conduza à mais terrível catástrofe política, económica e cultural? O futuro da Europa depende da resposta que seja dada a esta pergunta. Está portanto nas mãos dos Europeus.*» (25). Uma outra

orientação, de carácter mais economicista, apontava para a formação de um mercado europeu, através de uma união aduaneira comum e de cooperação no plano industrial. A terceira orientação prendeu-se com as relações culturais inter-europeias, foram muitos os intelectuais que durante os anos difíceis (1926-33) reflectiram sobre o destino da Europa, alguns já mencionados nesta pesquisa como Valery ou Ortega y Gasset, ou outros como Benedetto Croce, Sforza, Jules Romain, Julien Benda, Keyserling... Muitas iniciativas houve no meio intelectual europeu, criaram-se comissões europeias e internacionais, publicaram-se revistas (*Espirit, Ordre Nouveau, L'Europe Nouvelle*), fizeram-se movimentos de opinião, encontros e debates sobre o futuro do “Espírito Europeu”. Talvez o projecto mais concreto tenha sido o de Aristides Briand, que apresenta em 1929, à S. D.N., a criação de uma “união europeia” do quadro desta sociedade. Na verdade, nos anos trinta, ganharam forma variadíssimas associações sob o impulso da ideia de uma federação europeia, em meados dos anos trinta também por oposição à visão hegemónica do fascismo e do nazismo: «As nações europeias atingem agora o seu máximo, e o cume será a nova integração da Europa. Porque disso se trata. Não de laminar as nações, mas de integrá-las, deixando ao ocidente todo o seu rico relevo. Nesta data, como acabo de insinuar, a sociedade europeia parece volatilizada.» (26)

E de facto estava a caminho dessa volatilização. Hitler também teve a sua ideia de criar uma “Europa Nova”, unificada sob a lei germânica, a fim de eliminar os pequenos Estados – tal como Napoleão tinha a ideia de uma Europa da conquista e da dominação. Os seus pilares fundamentais seriam o desenvolvimento económico, o anti-semitismo, o anti-comunismo, a hostilidade ao parlamentarismo anglo-saxónico e a organização racial. Invocando uma ideia do publicista russo-alemão A. Moeller von der Bruck, alenta a ideia de Império (Reich), desta vez o terceiro, para designar uma “nova ordem”, uma terceira e gloriosa idade (que sempre fez parte da mitologia social europeia) que civilizará a Europa ameaçada de declínio. Mussolini também visava uma “nova ordem” para a Europa, procurando restaurar o Império Romano à volta do Mediterrâneo.

Estas concepções, punham em causa os valores essenciais herdados da cultura greco-latina, judaico-cristã, humanista e iluminista, o que veio a gerar uma forte resistência. Alguns exilados como o já citado Coudenhove-Kalergi, Jean Monet ou Spinelli apresentaram proposta para a construção europeia. Assim em 41, Spinelli apresenta a revista «*Unita Europea*» e o seu «*Manifesto Ventotene*» onde se objectivava uma federação europeia, em 44, também sob a égide de Spinelli, lavrou-se em Genebra a Declaração das Resistências Europeias. O próprio projecto Benelux é pensado no exílio por Paul-Henri Spaak. Todavia duas linhas de pensamento dividiram os defensores do federalismo e os defensores da ideia de união.

Após a Segunda Grande Guerra, punha-se a questão se haveria ou não um futuro de união. Não obstante de não se ter logo realizado uma União Europeia em 1945, muitos elementos permitem concluir que se estimulava o movimento de promoção desta ideia de união – uma ruína económica mais dramática do que pós a Primeira Guerra, a fragilidade europeia face aos Estados Unidos, a incapacidade de resolução do problema da Alemanha no quadro tradicional de uma Europa das Nações, tensão Leste/Ocidente e o medo do comunismo, inspiraram os países a repensar a Europa – «*Seis anos de guerra, provocada pela ambição hitleriana e pela impotência das democracias e da URSS para entender-se, conduziram a Europa à derrocada: “Alemanha ano zero”...Europa, ano zero?... Sobre estas ruínas, duas potências – uma das quais não era europeia e a outra só incompletamente o era – fabricaram duas Europas cindidas, esgotadas, dependentes...Macabro reverso da medalha da década de 1900.*»(27)

UM DESTINO COMUM

NOVOS OLHARES SOBRE A EUROPA

«Uma Europa morreu em 1945 esmagada sob as ruínas das nações vencidas ou libertadas por vencedores e libertadores que entretanto se tornaram nas duas superpotências mundiais. É então que a ideia europeia sai do ninho onde estava exilada desde o século XVI e vai encontrar um começo parcial, limitado e circunscrito de encarnação. Foi precisa a morte da Europa dos tempos modernos para que haja um primeiro querer nascer europeu. Esta primeira encarnação de uma ideia europeia metanacional te por motor a vontade vital de exorcizar o espectro da ameaça antiga e o da ameaça nova.» (28)

De certa forma a ameaça da Guerra-Fria obscureceu a memória da Segunda Guerra, ou seja a Europa democrática fundada na solidariedade e na fraternidade, que se exprimia numa federação europeia, perdeu alguma força. A guerra foi o ponto final do “Euromundo”. Mas, não obstante, deu-se alento à organização de uma Europa construída com base na economia e nos imperativos do mundo ocidental. Todavia no congresso de Haia (1948), socialistas e trabalhistas criaram um movimento (“Estados Unidos da Europa”) que cria ainda na construção da Europa dos Povos - *«os sociais-democratas, cujo internacionalismo oficial está exangue, conservam algum ardor metanacional na ideia europeia (...) A democracia cristã surge em força na Alemanha e na Itália, sobre os escombros do nazismo e do fascismo, e recobra algum tanto o espírito transnacional da cristandade europeia.» (29)*

Mas já Winston Churchill no seu discurso em Fulton (Março de 46), já depois de Yalta, pronuncia o futuro próximo e fala explicitamente da “cortina de ferro” que dividirá o continente europeu, bem como De Gaulle apelara em 44 para a constituição de um “grupo ocidental”. Assim, face à hegemonia das duas grandes potências geopolíticas (URSS e EUA), a Inglaterra, a França e a Benelux pretenderam exercer um papel determinante nesta Europa fracturada,

com o intuito de criar uma terceira força entre o capitalismo americano e o comunismo soviético. Procurava-se um ponto arquimédico capaz de erguer o mundo real e o fazer caminhar na direcção exequível de prática. Neste horizonte vislumbravam-se duas visões de futuro de uma Europa unida – a dos federalistas (orientada para uma Europa supranacional e não alinhada) e a visão de Churchill de uma união de Estados numa Europa ocidental. A diversidade de movimentos criados a partir de 45 impede-me de os frisar a todos, contudo citarei alguns que penso terem desempenhado um papel relevante como o da intervenção das Igrejas (o movimento jesuíta *Pax Christi*, ou os esforços da Igreja protestante para reconciliar a França e a Alemanha); o empenho de alguns professores universitários e intelectuais (Dennis de Rougemont, Brenda, Jaspers); o movimento dos democratas cristãos; também alguns liberalistas económicos defendiam o federalismo; a *Union Eurpéenne des Federalistes* (1946) desenvolve um federalismo descentralizador e popular. Assim entre discursos federalistas (*), ou unionistas (governos europeus que desenvolviam os seus próprios objectivos de política europeia, propunha-se a cooperação entre Estados. Mas como iniciar o projecto europeu, tendo como pano de fundo a Guerra-Fria? Por uma construção política que partilhava instituições (como propunham os federalistas), ou uma construção com base numa economia comum? Por uma União de Estados (Churchill) ou ainda construir uma Europa com base nas suas matrizes culturais comuns (como propunham os intelectuais)?

(*) - «Se me perguntarem agora como se pode traduzir em termos de estruturas políticas esta união não unitária e tão altamente diversificada em que se baseia a nossa cultura comum, responderei que a solução se acha nos próprios termos do problema assim posto: de facto a unidade diferenciada transpõe-se muito naturalmente para a união das diversidades e esta forma de união tem um nome bem conhecido na história dos regimes políticos: é evidentemente, o federalismo.» (30)

AS EUROPAS EM CONFRONTO

«Duas guerras mundiais resultaram na divisão da Alemanha e da Europa em dois campos opostos, na destruição do sistema da balança, e no afundamento do Euromundo» (31)

Para além do Benelux (criada em 44), outras instituições europeias foram criadas, como a União Ocidental (Março - Abril, 48), a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE, Abril, 48) e o Conselho da Europa (1949). Contudo os confrontos ideológicos, económicos e estratégicos que dividiam o continente, criavam uma crescente dialéctica de temor e de uma consequente defesa.

É neste contexto que se constitui um eixo atlântico, que teve como base o Plano Marshall (1947), havendo mais tarde uma resposta soviética com a criação do Kominform (coligação dos sete partidos comunistas mais o italiano e o francês), o plano Molotov e o Pacto de Varsóvia (1955). Neste quadro o plano Marshall veio intensificar ainda mais a solidariedade transatlântica, quer em termos económicos, quer na cooperação militar e de defesa, contudo num clima de tensão crescente - criação do Kominform, campanha soviética contra o Plano Marshall, e ainda o golpe de Praga (Fevereiro, 1948). Foi com este pano de fundo que nesse mesmo ano foi assinado o Pacto de Bruxelas (que surge como elemento de integração da Alemanha no espaço militar europeu, contudo proibida da fabricação de armas atómicas, biológicas e químicas) e o Tratado do Atlântico Norte no ano seguinte (que levará à definição de uma unidade mais ocidental do que europeia, uma definição mais ideológica do que cultural e sem limitações geográficas) - *«na concepção da NATO, trata-se de uma resistência contra o projecto de uma Europa comunista dirigida pela URSS; na concepção desta última, o objectivo é impedir a formação de uma Europa capitalista, sob dependência americana. Os dois campos opostos ficam sensivelmente definidos pela NATO e pelo Tratado de Varsóvia.»(32)*

Na primavera de 1948, no congresso de Haia, presidido por Churchill, pôs-se fim às disputas entre os denominados federalistas e unionistas, mas foi marcante sobretudo por ter sido criado oficialmente o Movimento Europeu e a sua mobilização em torno dos governos como o objectivo de se formar um Conselho da Europa – ao que se chegaria em Maio do ano seguinte. Este congresso teve eco na maioria dos países ocidentais europeus. O Conselho da Europa, nascido numa época em que as preocupações de uma invasão soviética eram iminentes, agregador de todos os membros da família europeia, foi uma instância de debate sobre os problemas internacionais, bem como um local de reflexão acerca da construção e da unidade europeia, mas teve sempre um objectivo cimeiro – a salvaguarda dos Direitos Humanos, a sua grande realização é a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (assinada em Roma em 1950 e entrada em vigor em 1953). Também nesta fase alguns intelectuais solicitam a criação de um Centro Europeu de Cultura, um Colégio Europeu (Bruges, 1950) e um Instituto Europeu para a investigação científica. Era o tempo de definir o rumo e a vocação da comunidade europeia, que tinham em comum a ideia da pluralidade, da tolerância, do diálogo, portanto de uma Europa Aberta.

«A *mística europeia* tem por *únicos santos pregadores os caminheiros do parlamentarismo (Robert Schuman, Alcide de Gasperi) e um tecnocrata iluminado (Jean Monet), ideia de federação europeia só floresce nos arredores de Genebra, com a profecia de Dennis de Rougemont.*» (33) - estes homens tinham uma ideia definida do perigo da fragmentação da Europa. Assim em 1951, agrupando a Alemanha, a França, a Itália e o Benelux, e sob a égide de Schuman nasce o conceito de europeísmo como destino comum, pratico, viável e realmente comunitário (pois com a criação do Conselho da Europa em 1949, não era ainda a instituição de uma entidade supranacional, dado que os Estados membros conservavam a sua soberania intacta), a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

Houve então uma necessidade prática e económica de criar uma associação do carvão e do aço, duas matérias-primas basilares do mundo de então, e da mera cooperação entre países europeus passar-se-ia mais tarde à

instauração de uma política industrial comum que teria como objectivo a criação de uma entidade supranacional vocacionada para agir nos restantes domínios, tanto económico como político-social. Desta forma forma-se superando os velhos antagonismos nacionais, erguendo-se uma nova Babel (agora despojada da vontade insolente de atingir os céus) que assentava numa entidade supranacional, erguida em Bruxelas, de competência limitada, mas com poderes reais.

Foi de facto com o Tratado de Paris, que vingou a opção funcionalista, real, e realista de uma Europa em acção, e se constituiu a primeira comunidade europeia de facto. Pela primeira vez, na história moderna, tinha-se estabelecido uma comunidade europeia sem guerras internas. Em suma, em 1951, foi marcado um ponto decisivo na história da identidade europeia, a grande novidade da CECA foi ter sido uma instituição implícita de um de um dogma idealista que inúmeros pensadores se aventuraram a conjecturar durante quase quatros séculos – a Europa somente se faria superando o modelo tradicional do Estado-Nação, transcendendo a soberania particular do Estado naturalmente beligerante, ou seja instituindo uma realidade supranacional feita de abdições sucessivas de poderes do foro da realidade estatal nacional. Foi portanto uma cooperação económica intereuropeia e a favor da paz. Sobre a CECA dirá Schuman, *«a cooperação das nações da Europa exige a eliminação da tradicional oposição entre a França e a Alemanha. A primeira preocupação em qualquer iniciativa deve ser estes dois países (...) o governo francês propões colocar a produção franco-alemã do carvão e do aço sob uma comum alta autoridade dentro da jurisdição de uma organização aberta à participação de outros países da Europa»* (34).

Foi a partir do sucesso evidente da CECA, e tendo como pano de fundo a manutenção das democracias em virtude do expansionismo soviético, da guerra da Coreia e outros acontecimentos internacionais, que se decidiu avançar para a criação de uma associação europeia mais forte – em 1952 lançava-se a ideia da Comunidade Europeia da Defesa (CED), cujo fracasso virá a mostrar que mais fácil a unificação por interesses económicos do que por estratégias militares. Outros projectos igualmente sem sucesso se seguiram, como foi o caso da

Comunidade Política Europeia (CPE) que se centrava no carácter político, e tinha finalidades de defesa e segurança, bem como económicas, perspectivava o alargamento para além dos seis membros, e uma acção conjunta com a NATO, era de inspiração federalista. Foi também criada uma outra organização, a União da Europa Ocidental (UEO, 1954), desta vez sem características supranacionais e de índole mais atlanticista, que a fez ficar à sombra da NATO, talvez como um débil pilar europeu da Aliança Atlântica.

Nesta fase havia então na Europa ocidental uma vasta gama de projectos e de organizações - a CECA (integrando seis países, de carácter económico, sectorial e supranacional), a OECE (com dezassete países, os seus princípios fundamentais eram executar a recuperação económica da Europa com a ajuda americana e mais tarde assumir e supervisionar a liberalização do comércio), o Conselho da Europa (com quinze membros), a CED, a CPE, bem como a UEO.

Do outro lado da Europa, a leste, após a morte de Estaline (1953), a criação do já referido pacto de Varsóvia (1955), mantém a Guerra-Fria. Tal como mencionei os confrontos ideológicos que opunham os dois blocos, contribuíram para formar duas imagens da Europa - a do "imperialismo americano" e a Europa de Leste que, desde Estaline se tinha vindo a organizar a fim de combater o capitalismo (criação do Kominform, organizações económicas e mutualistas que integravam a URSS e as democracias populares, ou seja, a Bulgária, a Albânia, a Hungria, a Checoslováquia, a Roménia, a Polónia, e em 1950 a Republica Democrática Alemã). Contudo no tempo de Kruchtchev, com a abolição do Kominform, com as decisões de abertura do XX Congresso do PCUS e a conseqüente "destalinização" (1956) houve uma evidente abertura ao ocidente mediante alguns acordos diplomáticos, pois estava a apostar-se numa modernização económica. Contudo somente com Brejnev, em 1973, a União Soviética reconheceria este agrupamento económico de Estados capitalistas.

A COMUNIDADE EUROPEIA

Após as primeiras tentativas frustradas de uma autonomia da Europa, de fazer vingar os organismos de cooperação europeia, urgia relançar um projecto fundador da Comunidade. Em 1955 decidia-se em Messina avançar no sentido de alargar a integração da Europa ao campo da economia, os seis representantes da CECA tiveram, portanto, que responder a uma proposta concreta de união económica global, a um mercado comum. Buscava-se autonomia, fomentando uma maior cooperação, mas alienando o poder soberano dos Estados. Agora o poder de decisão e de consenso deste pequeno grupo de Estados conseguir-se ia numa base menos sensível que a militar, a economia, que de certa forma constituía um passo avançado para a futura união política.

Então, a 25 de Março de 1957, eram assinados em Roma os acordos que instituíram o Mercado Comum (a Comunidade Económica Europeia), bem como a Comunidade Económica de Energia Atómica (ERATOM). Longas foram as contendas na negociação deste Tratado, que resultaram em larga medida da concepção dualista de “mercado comum” mais aberto ou mais protegido (Monet e Spaak), questionando-se também a sua extensão aos territórios africanos (convém referir que nesta altura, nos anos 50, processava-se um vasto movimento de descolonização. O Mercado Comum não dispunha de uma lata autoridade supranacional, era dotado de um Conselho de Ministros que representava os diversos Estados membros da Comunidade, detendo estes a quase totalidade dos poderes executivos e legislativos. As decisões eram tomadas por proposta da Comissão Europeia em que cada país era representado por dez membros e os pequenos países por um só membro. Esta comissão seria responsável perante a Assembleia parlamentar europeia (ou Parlamento Europeu) composta de eleitos escolhidos no seio dos parlamentos nacionais. O Mercado Comum completava-se por um Tribunal de Justiça que vigiava a execução dos tratados e por uma Comissão económica e social, órgão consultivo composto por representantes dos sindicatos dos operários e patrões.

Numa primeira etapa, no campo económico, a CEE dos seis, processou-se bem, contudo a candidatura da Grã-Bretanha veio alterar esse equilíbrio. Registam-se tensões de carácter económico entre os Seis e a Grã-Bretanha, que se opunha a toda e qualquer perspectiva de união e insistia numa zona de livre-câmbio, a Inglaterra não queria perder a sua autonomia aduaneira – tratava-se de optar entre a Europa e a Commonwealth – *«a atitude exteriorizada foi sempre a de que a entrada da Inglaterra alteraria a estrutura do Mercado Comum e significaria a presença americana por interposta pessoa»* (35). Será neste contexto que se forma uma associação de livre-câmbio, uma associação de comércio livre, a EFTA (1960) e a OCDE, órgão de cooperação e de desenvolvimento económico atlântico, sob a proposta de Jean Monet.

CONCLUSÃO

Longe de querer fazer um capítulo descritivo, partindo de uma história comparada da tão procurada União Europeia, proponho-me agora fazer uma análise crítica, num tom mais ou menos ensaístico, acerca da Identidade Europeia e de todos os problemas que ela acarreta. Poderá parecer displicente o facto da pesquisa precedente ter “parado” no Tratado de Roma, uma vez que, avançando cronologicamente até à nossa época, muito haveria para dizer acerca desta “península asiática”. Todavia, tendo em conta a extensão com que a presente pesquisa poderia ficar, porque sobre a Europa actual muito haveria que dizer, e muito ficaria por dizer, optei por partir do princípio que a Unidade da Europa estava conseguida em 1957. Desta forma, em jeito conclusivo, avançarei então para uma análise mais crítica e não tão descritiva da Identidade Europeia – partindo então, de pressupostos actuais como multiculturalismo e a diferença, numa “Europa sem margens”, pois como dirá Edgar Morin «*a metamorfose está inacabada*».

Um dos problemas essenciais que assolam a Europa, é o de como articular a identidade nacional, a identidade regional e a identidade europeia, como articulá-los ao nível de poderes e de competências. Este problema reflecte uma identidade europeia não constituída, que permanece ainda em aberto, não há povo europeu (logo a existência e exigência de uma Constituição são complicadas). Penso pois que a Europa é um lugar, é uma ideia, mas não é uma unidade. Ou será uma unidade dentro da diversidade? Talvez a Europa seja um “ponto de vista”, como diz Ortega y Gasset. Mas a Europa está aí, ela existe, com uma sociedade e com uma herança comum. Todavia, ainda partindo de Ortega y Gasset, o europeu tem um modo dualista de ser, porque sendo membro da sociedade europeia, sujeito à vivência dos seus usos e costumes colectivos, é igualmente, e mais facilmente (por uma questão de proximidade de convivência), português, espanhol, basco ou francês – é portanto cidadão de uma nação europeia.

De facto a ideia de Europa e a ideia de Nação enleiam-se dialecticamente, numa dança frenética entre o todo e a parte, entre a unidade e a pluralidade – Pluralidade tão só porque na Europa, as nações europeias são radicalmente diferentes. Unidade porque a sociedade europeia tem em comum uma história que sustentará a formação e o desenvolvimento das nacionalidades, ou seja, a história da Europa é a história da germinação, desenvolvimento e plenitude das nações ocidentais; uma herança cultural comum que desenvolveu e produziu um modo comum de ver o mundo, esse talvez seja o eixo unificador dessa multiculturalidade.

O fenómeno dos nacionalismos, como já referi remonta à Idade Média e exacerbou-se no século XIX. Com a queda dos três Impérios derrotados no primeiro conflito mundial, várias nacionalidades nasceram, contudo, antes e depois do segundo conflito à escala mundial, o estalinismo e a dominação hitleriana voltaram a martirizar estas nações emergentes. A queda da Alemanha nazi, não salvou as nações submergidas no jugo soviético. Contudo, após a queda deste regime, em 1989, devolveu-se independência aos países de Europa central e de leste. Esta atomização da Europa veio desencadear mais nacionalismos (o caso da Eslováquia). A própria dominação da Sérvia sobre as outras nações balcânicas despoletou combates e massacres atrozes, até há bem pouco tempo – o que é deveras assustador, pois pensou-se que a morte por nacionalismos na Europa tivesse acabado há pelo menos cinquenta anos! Uma outra doença que afecta a Europa nas Nações é a xenofobia, um ressurgimento do racismo e da exclusão do diferente, que segundo os protagonistas se deve à crescente imigração. Partindo destes pressupostos encontramos uma Europa fechada, pois *«perante o desafio do mundo moderno, a Europa reencontra a dualidade das suas tradições e muitas vezes hesita na escolha a fazer.»*(36)

Mas o problema põe-se. Uma Europa sem nações não será um conceito estéril? De facto na minha opinião é estéril – um princípio federalista seria perfeitamente utópico ou hipócrita. Não que se seja um eurocéptico, mas talvez um europtimista amadurecido por vinte e oito séculos de história comum. Não podemos encarar a Europa, partindo do princípio de que não existem culturas

nacionais, e que apenas há divisões totalmente arbitrárias operadas fora do tempo no conjunto vivo da cultura europeia (Dennis de Rougemont).

A Europa das nações (não tribalista) existe e é uma realidade, é uma sociedade milenar, e jamais poderíamos entender o conceito de Europa sem o conceito de nação, mas evitando cair na degeneração de nação em nacionalismo. É nessa diversidade que a Europa deverá ser construída, numa unidade que mantenha a diversidade, a multiplicidade, para uma crescente complementaridade. É por isso que para mim a fórmula da “Europa da Nações” não me assusta, como a alguns federalistas, bem pelo contrário, parece-me bastante actual e adaptada às necessidades de unidade europeia, que deverá ser tudo, menos imperial – dirá o nosso Eduardo Lourenço que *«O antagonismo polémico entre “nação” e Europa, tal como tem sido proposta, é falacioso e arcaico. Nenhum europeísta convicto desconhece ou menospreza o enraizamento nacional, a insubstituível vinculação da sua identidade de base à realidade “nação”, por mais difícil e mutável que possa ser esse vínculo. Sobretudo para quem pertence a uma velha nação. Contudo, a vivência do “nacional” não é, só por si, o antídoto contra a des-estruturação objectiva do espaço histórico e dos interesses a que correspondia um imaginário actor autónomo, sujeito de soberanias há muito tempo míticas ou até oníricas»* (37). A Europa como tradição deverá permanecer, não obstante do duro golpe sofrido com a degenerência da ideia de nação em nacionalismo.

A Europa deverá encontrar na sua história e nas suas tradições respostas aos problemas do mundo contemporâneo (frase que gostaria que chegasse ao ouvidos de Giscard d’Estaing, o cristianismo foi e será sempre parte integrante da Europa) ainda que estes assumam outras formas. O historiador Jacques Le Goff alerta-nos que *«a Europa não é velha, é antiga. O mundo não é antigo, é actual. A Antiguidade, bem utilizada é um trunfo. A história é uma força para frente e, esperemos – dando um conteúdo novo e caras de nobreza a um termo maltratado pela nossa época, especialmente na Europa, onde se produziram abominações que se julgavam abolidas para sempre neste continente –, se não para o progresso, pelo menos para progressos.»*(38)

A vocação da Europa será o diálogo entre culturas, pois é uma unidade de culturas, mas uma unidade na diversidade. Este pluralismo está presente nas próprias instituições europeias, onde é comum o encontro entre culturas nacionais, e onde coabitam as diversas línguas da actual Europa dos Vinte e Cinco – felizmente não se fala esperanto, pois é na diversidade nas línguas que esta instituição encontra poder. Assim sendo, a construção europeia dever-se-á fazer de uma forma horizontal e não vertical, a fim de prevalecer os princípios de um “certo” multiculturalismo, que na minha opinião é a chave de ouro do projecto europeu.

Mas falar de “eurocultura” não será um tanto redutor? Uma vez que a vida cultural europeia se desenrola em níveis bem diferentes, cada país ou cada região se poderá afirmar como excepcional. Portanto hoje quando se evoca o multiculturalismo para a solução de todos os problemas da Europa (multiculturalismo – debate que começou acerca de vinte anos os EUA), não se estará a querer equiparar a Europa como os EUA? É pertinente lembrar que a Europa é um mosaico de micro-espacos, com clivagens enormes – comparar a Finlândia com Portugal, é bem diferente de comparar o Illinois e a Califórnia.

Desta forma poder-se-á falar, não de multiculturalismo mas de uma “coabitação cultural”, uma vez que se refere melhor ao processo dinâmico da cultura europeia (Maria M. Tavares Ribeiro, 2002), talvez seja no confronto entre o não-idêntico que se descobrirá a identidade europeia, que deve permanecer aberta e multiforme, para não cair no extremismo da hiper-inclusividade. Identidade Europeia – de natureza híbrida, ou ainda em construção? Mas dever-se-á evitar a parcelização da cultura por um centralismo autoritário, a standardização e sobretudo o cultivo das diferenças minoritárias – árdua tarefa!

Concluo então que para lá das culturas nacionais, existe uma Identidade Europeia, assente numa tradição cultural, que há vinte e oito séculos se desenvolve, por entre guerras, crises e conflitos. A Europa ainda é um projecto... talvez assente na nostalgia dum passado que nunca foi.

«Europa, Europa, minha aflição, meu desespero. Capital do mundo ainda o és, porque tens mesmo na velhice, os sinais, para os outros, de como terão de envelhecer. A Grécia esplende no fundo dos tempos e da humilhação. Esplende. A Grécia, ó Europa inteira. Tens o vírus do contágio no ar que o mundo inteiro respira. Que é que significa a falada “crise”, fora da crise que és? Se amanhã fores submersa pelos pretos e amarelos e ismaelitas e a tropa dos computadores, o teu germe continuará no fundo das trevas e é daí que continuarás a iluminar. Europa, amada Europa, terra da minha condição. Eu te saúdo na tua doença ou agonia. E te quero. E te quero.»

Vergílio Ferreira, “Pensar”

Felipe M. Pathé Duarte

NOTAS

- (1) - Paul Valery, cit. por Moreira, Adriano; «A Europa em Formação»; Academia Internacional da Cultura Portuguesa; Lisboa; 1987; pág. 97
- (2) - Morin, Edgar; «Pensar a Europa»; Ed. Europa - América; Lisboa; 1988; pág. 36
- (3) - *Ibidem*; pág. 36
- (4) - *Ibidem*; pág. 37
- (5) - Ribeiro, Maria Manuela Tavares; «A Ideia de Europa: Perspectiva Histórica»; Quarteto; Coimbra; 2002; pág. 38
- (6) - Le Goff, Jacques; «A Velha Europa e a Nossa»; Gradiva; Lisboa; 1995; pág. 35
- (7) - Morin, Edgar; pág. 75
- (8) - Ribeiro, Maria Manuela Tavares; pág. 44
- (9) - Homem, António Pedro Barbas; «História da Relações Internacionais - O direitos e as concepções políticas na idade moderna»; Almedina; Coimbra; 2003; pág. 9
- (10) - Moreira, Adriano; 1987; pág. 94
- (11) - Moreira, Adriano; 2003; pág. 639
- (12) - *Ibidem*; pág. 125
- (13) - Morin, Edgar; pág. 85
- (14) - Ribeiro, Maria Manuela Tavares; pág. 46
- (15) - Morin; Edgar; pág. 81
- (16) - Moreira, Adriano; 2003; pág. 83
- (17) - *Ibidem*; pág. 125
- (18) - Le Goff, Jacques; pág. 53
- (19) - Moreira, Adriano; 2003; pág. 49
- (20) - *Ibidem*; pág. 389
- (21) - Rougemont, Dennis; «Carta Aberta aos Europeus»; Ed. Pórtico; Lisboa; s/d; pág. 141

- (22) - Carpentier, Jean e Lebrun, François; «A História da Europa»; Ed. Estampa; Lisboa; 1993; pág. 301
- (23) - Moreira, Adriano; 1987; pág. 56
- (24) - Le Goff, Jacques; pp. 56/57
- (25) - Giuseppe Mazzini, *cit. por* , Moreira, Adriano ; 1987 ; pág. 154
- (26) - Ortega y Gasset, José ; «A Rebelião das Massas»; Relógio D'Água; Lisboa; s/d; pág. 210
- (27) - Carpentier, Jean e Lebrun, François ; pág. 413
- (28) - Morin, Edgar; pág. 109
- (29) - *Ibidem*; pág. 110
- (30) - Rougemont, Dennis; pág. 99
- (31) - Moreira, Adriano; 1987; pág. 173
- (32) - *Ibidem* ; pág. 174
- (33) - Morin, Edgar; pág. 110
- (34) - Moreira, Adriano; 2003; pág. 549
- (35) - Moreira, Adriano; 1987; pág. 226
- (36) - Le Goff, Jacques; pág. 58
- (37) - Lourenço, Eduardo; «A Europa Desencantada: Para uma Mitologia Europeia»; Visão; Lisboa; 1994; pág. 166
- (38) - Le Goff, Jacques; pág. 66

BIBLIOGRAFIA

- **Ameal**, João; «HISTÓRIA DA EUROPA»; Livraria Tavares Martins; Porto; 1961; Tomo I
- **Carpentier**, Jean e Lebrun, François; «HISTÓRIA DA EUROPA»; Editorial Estampa; Lisboa; 1993
- **Le Goff**, Jacques; «A VELHA EUROPA E A NOSSA»; Gradiva; Lisboa; 1995
- **Homem**, António Pedro Barbas; «A HISTORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O DIREITO E AS CONCEPÇÕES POLÍTICAS NA IDADE MODERNA»; Almedina; Coimbra; 2003
- **Lourenço**, Eduardo; «A EUROPA DESENCANTADA: PARA UMA MITOLOGIA EUROPEIA»; Visão; Lisboa; 1994
- **Moreira**, Adriano; «A EUROPA EM FORMAÇÃO»; Academia Internacional de Cultura Portuguesa; Lisboa; 1987
- «TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS»;
Almedina; Coimbra; 2002
- **Morin**, Edgar; «PENSAR A EUROPA»; Publicações Europa-América; Lisboa; 1988
- **Ortega y Gasset**, José; «A REBELIÃO DAS MASSAS»; Relógio D'Água; Lisboa; s/d

- **Pereira**, Miguel Baptista; «EUROPA E FILOSOFIA»; in “*Revista Filosófica de Coimbra*”; vol. 2; n.º 4, 1993; pp. 227-294

- **Ramos**, Rui Moura; «DAS COMUNIDADES À UNIÃO EUROPEIA»; Coimbra Editora; Coimbra; 1994

- **Ribeiro**, Maria Manuela T.; «A IDEIA DE EUROPA: UMA PRESPECTIVA HISTORICA»; Quarteto; Coimbra; 2002

- «IDENTIDADE EUROPEIA E MULTICULTURALISMO»;
- Quarteto; Coimbra; 2002

- **Rougemont**, Dennis; «CARTA ABERTA AOS EUROPEUS»; Editorial Pórtico; Lisboa; s/d

- **Vasconcelos**, Álvaro (Coord.); «VALORES DA EUROPA: IDENTIDADE E LEGITIMIDADE»; Principia; Cascais; 1999